

## A CONSTRUÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES DA ABEPSS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

**Charles Machado Hoepner**

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-2881-096X>

Prefeitura Municipal de Farroupilha, Farroupilha/RS - Brasil

[charles19922009@hotmail.com](mailto:charles19922009@hotmail.com)

**Recebido em: 20/06/2024**

**Aceito em: 18/07/2024**

**Resumo:** O presente artigo objetiva situar o contexto de articulação da categoria profissional que resultou na criação e consolidação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS como projeto de formação profissional hegemônico no Serviço Social. Sinaliza as ameaças oriundas do processo de mercantilização da educação superior galvanizado pelo neoliberalismo para a consolidação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS em um contexto de regressão de direitos e de desmonte da perspectiva crítica no âmbito da formação profissional em Serviço Social, bem como, pontua os esforços coletivos depreendidos pela categoria profissional dos assistentes sociais na defesa de um projeto profissional de cariz crítico e alicerçado na teoria social de Marx.

**Palavras-chave:** Diretrizes Curriculares da ABEPSS; Formação Profissional em Serviço Social; Serviço Social.

## THE CONSTRUCTION OF ABEPSS CURRICULAR GUIDELINES IN THE SOCIAL WORK TRAINING PROCESS

**Abstract:** This article aims to situate the context of articulation of the professional category that result in the creation and consolidation of the ABEPSS Curricular Guidelines a hegemonic professional training project in Social Work. It highlights the threats arising from the process of commercialization of higher education galvanized by neoliberalism for the consolidation of the ABEPSS Curricular Guidelines in a context of regression of rights and the dismantling of the critical perspective within the scope of professional training in Social Work, as well as punctuating the efforts collectives perceived by the professional category of social workers in defense of a professional project of a critical nature and based on Marx's social theory.

**Keywords:** ABEPSS Curriculum Guidelines; Professional Training in Social Work; Social Work.

### INTRODUÇÃO

Os movimentos engendrados pelo Serviço Social ao longo de sua constituição histórica estão afinados com as transformações societárias. Logo, a profissão inserida

em um contexto social mais amplo, é engendrada nos movimentos da sociedade que lhe conferem novos estatutos ao longo de sua trajetória. Os últimos 40 anos tem trazido para o campo do Serviço Social um amadurecimento teórico-organizativo fruto das amplas articulações fecundadas no bojo da categoria profissional e das alianças desta com as lutas mais ampliadas da classe trabalhadora do qual faz parte. No entanto, obstáculos são postos à categoria profissional dado o cenário de desmonte dos sistemas de proteção e garantias de direitos via privatização/desresponsabilização do Estado e do avanço de forças conservadoras que objetivam implodir a perspectiva crítica dessa profissão. Os impactos desse processo também podem ser visualizados no campo da formação profissional em Serviço Social.

Conforme o cenário brasileiro foi se redesenhando ao longo do século XX e início do século XXI, novas perspectivas profissionais foram sendo exigidas dos Assistentes Sociais brasileiros. Para a formação profissional dos Assistentes Sociais um marco foi a elaboração das Diretrizes Curriculares de 1996, resultantes da mobilização da categoria profissional em abarcar como projeto de formação os avanços de caráter teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político coletivamente construídos pelo Serviço Social nas décadas anteriores. Essas diretrizes também são fruto da articulação e amadurecimento da categoria profissional em âmbito nacional e internacional, iniciados a partir do denominado Movimento de Reconceituação (Netto, 2005).

Este trabalho objetiva problematizar esta realidade e seus impactos para o Serviço Social brasileiro, objetivando propiciar reflexões acerca do processo de construção das Diretrizes Curriculares da ABEPSS e os desafios para a efetivação de sua materialidade na conjuntura contemporânea demarcada por atravessamentos que ameaçam a consolidação do projeto construído coletivamente por diversos atores do Serviço Social brasileiro.

### **O processo sócio-histórico da construção coletiva das Diretrizes Curriculares da ABEPSS e seus impactos para a formação profissional em Serviço Social**

O Currículo de 1982, pela primeira vez desde o surgimento do Serviço Social no Brasil, identificou que esta profissão está situada no bojo das relações sociais contraditórias, compreendendo que a realidade é dinâmica e, portanto, vai se reconfigurando ao longo da história. Neste movimento, novos desafios surgem para a categoria profissional dos assistentes sociais e novas respostas precisam ser encontradas. Dessa forma o currículo de 1982 trouxe questões que precisavam ser revistas no conjunto da categoria profissional tais como,

[...] a busca pela efetiva capacitação teórica dos profissionais, das estratégias incentivadoras de uma real aliança da profissão com os trabalhadores e do entendimento de que a formação está situada no interior das relações de classe (Maciel, 2006, p. 98).

Ainda na década de 1980 com os resquícios do fim da autocracia burguesa e vivenciando os reflexos do Movimento de Reconceituação temos um momento divisor de águas no Serviço Social brasileiro que é a busca pela direção social da profissão, em contraposição a expressa até então. Segundo Barroco (2006) “O Código e a reformulação curricular de 1982 são marcos de um mesmo projeto que pressupõe o compromisso ético-político com as classes subalternas e a explicitação da direção social da formação e da prática profissional” (Barroco, 2006, p. 170).

O Projeto Ético-político do Serviço Social, inicialmente discutido na segunda metade da década de 1980, trata da direção social e política da profissão e sintetiza o direcionamento do trabalho profissional a partir da década de 1990. Está intimamente ligado aos rumos que a categoria profissional começa a seguir. Ele é um dos avanços que o Serviço Social alcançou por meio dos debates e discussões acerca da profissão e sua observância consiste em um dos maiores desafios para os profissionais do Serviço Social, pois é a partir dele que o assistente social tem as bases para desenvolver o seu trabalho profissional (Netto, 2009).

Isso se complexifica na medida em que o mercado de trabalho profissional se amplia, o que acontece a partir da década de 1990. Para Pereira (2008) “A profissão do Serviço Social nos anos 1990, principalmente após a promulgação da CF de 88, assistiu a uma significativa ampliação e reconfiguração de seu mercado de trabalho” (Pereira, 2008, p.167).

Contudo, ao mesmo tempo em que a profissão consolida sua direção na defesa de uma sociedade justa e igualitária, conforme o expresso no Código de Ética de 1993, novos desafios se apresentam ao Serviço Social. O país vive o avanço das políticas de recorte neoliberal ampliando o tensionamento entre o projeto profissional e a redução do Estado social proposta pelo neoliberalismo. Ao mesmo tempo, Maciel (2006) evidencia em seus estudos sobre o trabalho profissional do assistente social que as respostas profissionais eram insuficientes diante das demandas, especialmente em decorrência da

[...] debilidade teórica e operativa; inadequação dos estágios; falta de integração curricular; subalternidade da profissão na divisão social do trabalho; condições desfavoráveis de trabalho para docentes; pela falta de capacitação contínua; escassez de pesquisas na área; perda de espaços profissionais nas esferas federal e estadual e, por outro lado, ampliação na esfera municipal, em decorrência da municipalização, e pouca ênfase para a supervisão (Maciel, 2006, p. 101-102).

Em 1996 tem-se com a Lei de Diretrizes e bases da Educação nacional (LEI nº 9.394/96) uma série de formulações e prerrogativas no campo da educação superior, direcionadas para as transformações que naquele momento estavam em curso no país. Essa lei traz as formulações e competências mínimas que as Instituições de Ensino Superior (em suas diversas modalidades) devem obrigatoriamente seguir.

A partir dessa legislação, tem-se, no mesmo ano, a formulação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, que traziam elementos fundamentais para o campo da formação profissional em Serviço Social. Essas diretrizes foram uma revisão do currículo de 1982, a partir da superação das lacunas deixadas por este, e trouxeram elementos que estavam em efervescência no âmago da categoria profissional.

Considerado um marco para a categoria profissional dos assistentes sociais, este documento é fruto de intensas articulações coletivas, cujos debates foram realizados, conjuntamente, pelos diversos atores do Serviço Social brasileiro. “Entre 1994 e 1996 foram realizadas aproximadamente 200 (duzentas) oficinas locais nas 67 Unidades Acadêmicas filiadas à ABESS, 25 (vinte e cinco) oficinas regionais e duas nacionais” (ABEPSS, 1996, p. 03).

Reitera-se que o contexto histórico em que surge o debate acerca das Diretrizes Curriculares em razão do avanço neoliberal acirram a disputa de projetos societários antagônicos, cujos reflexos precisam ser observados de maneira aprofundada.

Mendes e Prates (2007) referem que, neste momento, o Serviço Social brasileiro assume o compromisso com a classe trabalhadora ao demarcar sua opção ético-política emancipadora na medida em que reconhece o assistente social como um trabalhador assalariado que se insere na divisão sócio-técnica do trabalho e cuja trama contraditória tece seu trabalho profissional e enquanto se agudiza a Questão Social, seu objeto de trabalho e razão de existência.

Cardoso (2000) destaca a importância da categoria Questão Social no processo de formação profissional em Serviço Social, dadas as alterações no mundo do trabalho que tem transformado a dinâmica das relações trabalhistas a partir do processo de reestruturação produtiva e tem ocasionado novas demandas no trabalho profissional do assistente social, tendo em vista sua inserção no conjunto das relações de produção e reprodução da vida social.

Situar a relevância da Questão Social enquanto eixo articulador do currículo é imprescindível, uma vez que, esta mesma Questão Social produz, enquanto resultante do conflito entre capital e trabalho, desigualdades sociais, (manifestas em múltiplas expressões e determinações) da mesma forma que provoca resistências, dentre as quais, a organização política da classe trabalhadora para o seu enfrentamento<sup>1</sup>.

Caracterizar a Questão Social e situá-la no debate não é tarefa simples, na medida que sua inserção se dá na teia das relações sociais presentes no modo de produção capitalista. Conforme Iamamoto e Carvalho (2011, p.77)

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (Iamamoto; Carvalho, 2011).

No atual modelo de produção tem-se a apropriação privada dos meios de produção, de modo que para que alguns possam usufruir dos bens produzidos pela realização do trabalho enquanto atividade eminentemente humana outros precisam vender sua

---

<sup>1</sup> “A perspectiva é, então, aprofundar a compreensão da questão social como o elemento que dá concretude à profissão, ou seja, que é “sua base de fundação histórico-social na realidade”, e que nesta qualidade, portanto deve constituir o eixo ordenador do currículo” (Cardoso; Granemann; Behring; Almeida, 1996, p. 20-21).

força de trabalho<sup>2</sup> para sobreviverem e suprirem suas necessidades humanas mais básicas (Marx,1964).

Dessa forma esse sistema econômico acirra o antagonismo de classes pois aqueles que se apropriam da riqueza socialmente produzida tem privilégios em relação à classe trabalhadora, que a produz e se encontra na condição de subalternidade. Para lamamoto (2001), Questão Social é desigualdade, mas também rebeldia, [...] por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a elas resistem e se opõem” (lamamoto, 2001, p. 28).

O debate das Diretrizes curriculares é fundamental para a compreensão da formação profissional em Serviço Social, especialmente, a partir da década de 1990, marcada por uma expansão dos cursos privados de acordo com a lógica privatizante e mercadológica da educação superior brasileira em período de avanço do neoliberalismo. Faleiros (2000) destaca os principais aspectos dos currículos elaborados ao longo da trajetória do Serviço Social brasileiro, situando suas elaborações no contexto histórico em que foram realizados. Os principais aspectos destacados pelo autor podem ser observados no quadro que segue:

**Quadro 01-** Projetos curriculares elaborados ao longo da trajetória do Serviço Social brasileiro:

<b>Anos 30</b>	<b>Currículo fragmentado, centrado no disciplinamento da força de trabalho através dos valores cristãos e controle paramédico e parajurídico. Prática social paramédica, parajurídica em obras sociais e de acordo com a doutrina social da Igreja.</b>
Pós-guerra	Currículo centrado na integração com o meio, com ênfase na família e nas instituições para a adaptação social ou bem-estar social. Visões funcionalistas. A ABESS é fundada em 1946, e em 1952 elabora um currículo que tem traços da visão anterior, mas estrutura os três enfoques de “caso”, “grupo” e “comunidade”, introduzindo as disciplinas de pesquisa, administração e campos de ação. Prática institucional, principalmente no SESI, SENAI, SESC (Sistema S), LBA, IAP's, Hospitais e com Menores. Visão clínica e moral
<b>Anos 60</b>	<b>Currículo centrado na solução (tratamento) de problemas individuais, no desenvolvimento e no planejamento social, com ênfase na comunidade e nos valores cristãos por parte das escolas católicas; há o contraponto crítico da visão social,</b>

<sup>2</sup> “O valor da força de trabalho do operário é igual a todas as coisas necessárias à sua vida, e, como o suprimento do trabalho deve ser permanente, ao custo da manutenção de uma família [...] o trabalhador recebe salários em troca de sua capacidade de trabalho” (Huberman, 2011, p. 175).

	<b>da influência dos setores progressistas cristãos socialmente engajados. Prática junto a comunidades, habitação, centros urbanos, centros de saúde, Sistema S, previdência, municípios, LBA, empresas. Visão desenvolvimentista predominante.</b>
Anos 70	Currículos centrados no planejamento social com ênfase na marginalização/integração e, por outro lado, na luta de classes. Práticas em órgãos estaduais, Sistema S, previdência, LBA, centros urbanos, empresas. Visão tecnocrática/integradora predominante, com o contraponto do trabalho comunitário e pesquisa crítica.
Anos 80	<b>Reforma curricular centrada na crítica ao sistema capitalista, nas políticas sociais e nos movimentos sociais. Teoria dialética. Prática em centros de saúde, LBA, previdência, empresas, movimentos sociais, educação popular. Segundo pesquisa da CENEAS (1982), 62% dos assistentes sociais trabalham no setor público (14,4% em nível municipal), 30,6% no setor privado e 6,8% em empresas de economia mista com visão de integração social e contraponto da visão de participação social, de cidadania e de luta de classes.</b>
Anos 90	Reforma curricular centrada na análise da “questão social” e nos fundamentos teóricos e históricos da profissão enquanto “processo de trabalho”- em implementação <sup>3</sup> . Teoria marxista da reprodução social. Aumenta a prática <sup>4</sup> em nível municipal e no judiciário e se intensifica a prática em ONG’s. O governo federal reduz postos. Visão de mudança/ transformação social. Segundo dados de Rose Mary S. Serra (1998), no estado do Rio de Janeiro, dentre 1.119 empregadores de assistentes sociais, podemos observar que 23,9% são órgãos municipais, 15% estaduais, 15% federais, 19,5% empresas privadas, 11,7% entidades filantrópicas, 6,8% empresas estatais, 1,7% fundações privadas, 0,5%ONG’s e 5,6% outras.

Fonte: sistematização dos dados a partir de Faleiros (2000).

A partir do que está exposto no quadro apresentado pode-se concluir que mudanças significativas vem se fundamentando, historicamente, nos currículos, impactando a formação profissional em Serviço Social. Destaca-se um salto qualitativo dos anos 60 para os anos 90, fruto do movimento de organização da categoria profissional no âmbito político e frutos do movimento de reconceituação que culminaram na necessidade de uma reconfiguração profissional.

<sup>3</sup> Esta questão é revista nas Diretrizes elaboradas por especialistas em 1999, optando-se neste trabalho pelo acolhimento às discussões acerca do Serviço Social inserido em processos de trabalho coletivos e não como tendo seu próprio processo de trabalho como menciona Faleiros (2000).

<sup>4</sup> Por uma questão de coerência teórica opta-se neste trabalho pelo termo trabalho profissional.

Para além disso, não se pode deixar de reconhecer o amadurecimento teórico da categoria profissional cujo marco culmina com a aproximação à teoria social crítica de Marx e cujo protagonismo de lamamoto (2011) é fundamental<sup>5</sup> e a implantação dos cursos de Mestrado e Doutorado na área que iniciam em 1970 e 1980, bem como as pesquisas e produções dela decorrentes.

Um dos marcos destas Diretrizes é a presença das matérias básicas para a formação profissional dos assistentes sociais. Estas matérias rompem com a lógica conteudista até então dominante e propõem, além das necessárias disciplinas teóricas, laboratórios, oficinas e atividades complementares que permitam ao estudante vivenciar a articulação teórico-prática durante todo o seu processo de formação profissional na graduação.

Ressalta-se, contudo, que a mediação teórico-prática em que pese o lugar privilegiado nessas disciplinas e espaços de formação precisam ser articuladas em todas as disciplinas, especialmente numa área fundamentada na tradição marxista que não separa teoria de prática.

Outro diferencial desta proposta é a criação dos **núcleos de fundamentação** constitutivos da formação profissional, conforme se pode visualizar no quadro que segue:

**Quadro 02 - Núcleos de fundamentação constitutivos da formação profissional em Serviço Social.**

Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social	Este núcleo é responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais da vida social que serão particularizados nos núcleos de fundamentação da realidade brasileira e do trabalho profissional. Objetiva-se uma compreensão do ser social, historicamente situado no processo de constituição e desenvolvimento da sociedade burguesa, apreendida em seus elementos de continuidade e ruptura, frente a momentos anteriores do desenvolvimento histórico. [...] Este núcleo é responsável, neste sentido, por explicar o processo de conhecimento do ser social, enfatizando as teorias modernas e contemporâneas.
	Este núcleo remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração dependente, urbano-industrial, nas diversidades

<sup>5</sup> Cabe referir que a obra “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica” de 1982 e escrita por Marilda Villela lamamoto em parceria com Raul de Carvalho tornou-se a primeira obra que apresenta o Serviço Social a partir de uma minuciosa relação com a teoria marxiana.

<p>Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica brasileira</p>	<p>locais e regionais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional. Esta análise se direciona para a apreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero, e étnico raciais, exclusão social, etc. [...] Trata-se, portanto, de apreender as relações entre Estado e Sociedade, desvelando os mecanismos econômicos, políticos e institucionais criados, em especial as políticas sociais, tanto no nível de seus objetivos e metas gerais, quanto no nível das problemáticas sociais a que se referem.</p>
<p>Núcleo de fundamentos do trabalho profissional<sup>6</sup></p>	<p>O conteúdo deste núcleo considera a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social. Tal perspectiva, permite recolocar as dimensões constitutivas do fazer profissional articuladas aos elementos fundamentais de todo e qualquer processo de trabalho: o objeto ou matéria prima sob a qual incide a ação transformadora; os meios de trabalho-instrumentos, técnicas e recursos materiais e intelectuais que propiciam uma potenciação da ação humana sobre o objeto; e a atividade do sujeito direcionada por uma finalidade, ou seja, o próprio trabalho.[...] Com base na análise do Serviço Social, historicamente construída e teoricamente fundada, é que se poderá discutir as estratégias e técnicas de intervenção a partir de quatro questões fundamentais: o que fazer, porque fazer, como fazer e para que fazer. Não se trata apenas da construção operacional do fazer organização técnica do trabalho), mas, sobretudo, da dimensão intelectual e ontológica do trabalho, considerando aquilo que é específico ao trabalho do assistente social em seu campo de intervenção.</p>

Fonte: ABEPSS, 1996, p. 10-14.

Em 1999 uma nova versão das Diretrizes Curriculares é encaminhada por especialistas ao MEC e apresenta alterações consideráveis sob o ponto de vista da

<sup>6</sup> O núcleo de fundamentos do trabalho profissional sofre alterações importantes nas Diretrizes de 1999, de modo que este “Núcleo de fundamentos do trabalho profissional que compreende todos os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado. Tais elementos encontram-se articulados por meio da análise dos fundamentos do Serviço Social e dos processos de trabalho em que se insere, desdobrando-se em conteúdos necessários para capacitar os profissionais ao exercício de suas funções, resguardando as suas competências específicas normatizadas por lei” (MEC, 1999, p. 4).

elaboração anterior, efetivadas em 1996. Dentre as modificações destaca-se a alteração nas matérias básicas e a elaboração do perfil do egresso em Serviço Social. Estas mudanças podem ser identificadas no quadro 3.

**Quadro 03 - Matérias básicas nas Diretrizes Curriculares de 1996 e 1999**

<b>Diretrizes Curriculares de 1996</b>	<b>Diretrizes elaboradas por especialistas e encaminhadas ao MEC em 1999</b>
Ciência Política	Teoria Política
Direito	Direito e Legislação Social
Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais	Desenvolvimento Capitalista e Questão Social
Processo de Trabalho do Serviço Social	Serviço Social e Processos de Trabalho

Fonte: Sistematização elaborada pelo autor a partir das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 e das Diretrizes Curriculares elaboradas por especialistas e encaminhadas ao MEC, de 1999.

Embora mantenham similitudes em relação às Diretrizes Curriculares de 1996, as Diretrizes Curriculares de 1999 adensam o debate da categoria profissional dos assistentes sociais acerca dos temas da Questão Social e do processo de trabalho<sup>7</sup>, para além disso, suprimem e alteram as ementas das disciplinas de filosofia e economia política. Cabe destacar que para Iamamoto (2009) não existe um processo de trabalho do assistente social, tendo em vista que este se insere na divisão sócio-técnica do trabalho participando de processos de trabalho coletivos. Neste sentido, “o assistente social não realiza seu trabalho isoladamente, mas como parte de um trabalho combinado ou de um trabalhador coletivo que forma uma grande equipe de trabalho” (Iamamoto, 2009, p. 63-64).

Outro avanço importante destas Diretrizes Curriculares de 1999 diz respeito à criação das matérias básicas de “**classes e movimentos sociais**” e “**trabalho e sociabilidade**”. A discussão dos movimentos sociais na formação profissional dos assistentes sociais é importantíssima para situar esta profissão aliada aos interesses da classe trabalhadora, uma vez que constitui-se enquanto direito do assistente social

<sup>7</sup> “Observou-se que a nomenclatura da matéria Processo de Trabalho do Serviço Social sofre uma mudança de fundo- supera-se a ideia de um processo de trabalho próprio do Serviço Social para propor Serviço Social e processos de trabalho, uma concepção muito distinta do ponto de vista teórico-metodológico e com desdobramentos importantes e positivos no conteúdo das disciplinas que tratam sobre Trabalho e Serviço Social, justificando, também, novos conhecimentos em “trabalho e sociabilidade” (Mota, 2007, p. 65-66).

“apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania.” (Código de Ética Profissional, 1993) da mesma forma em que se constitui como competência profissional “prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade” (Brasil, 1993, s/p.).

Para além destes aspectos, os movimentos sociais são fundamentais na constituição da questão social, tanto como expressão de resistência que a conforma, como elemento de pressão para que outras resistências possam se efetivar.

Contraditoriamente, em 13 de março de 2002 tem-se a aprovação, via Ministério da Educação, da Resolução CNE/CES 15/2002 que estabeleceu as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social. Descaracterizam os avanços obtidos no debate e construção coletiva das Diretrizes Curriculares de 1996, como podemos observar no perfil de egresso constante neste documento:

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho (MEC, 2002).

Esta concepção descaracteriza, inclusive, o Serviço Social enquanto profissão, uma vez que delega a este a capacidade de promover o exercício pleno da cidadania como se esta relação fosse possível por meio do seu trabalho profissional. Essa concepção corrobora para a reprodução de uma visão messiânica<sup>8</sup> do Serviço Social já problematizada por Netto (2011) e Iamamoto (2013).

Inclui, por outro lado, nas competências e habilidades do Assistente Social “a utilização dos recursos de informática” (Ministério da Educação, 2002), evidenciando a lógica mercadológica que deveria permear a formação profissional em Serviço Social. Faleiros (2000) suscita que “as mudanças curriculares estão profundamente vinculadas às políticas de ensino superior, hoje inseridas no contexto neoliberal de

---

<sup>8</sup> [...] o messianismo utópico, que privilegia as intenções, os propósitos do sujeito profissional individual, num voluntarismo marcante, que não dá conta do desvendamento do movimento social e das determinações que a prática profissional incorpora nesse mesmo movimento. O messianismo traduz-se numa visão “heroica”, ingênua, das possibilidades revolucionárias da prática profissional, a partir de uma visão mágica da transformação social” (Iamamoto, 2013, p. 136).

sucateamento, privatização e mercantilização do Estado e da universidade” (Faleiros, 2000, p. 165).

A segunda questão, ainda mais inquietante, se deve ao fato de que as Diretrizes aprovadas pelo MEC em 2002 enfraquecem a concepção de uma formação profissional crítica, o que pode comprometer a densidade e qualidade da formação dos futuros assistentes sociais. Conforme Boschetti (2004),

O esvaziamento das diretrizes curriculares promovido pelo CNE não é uma mera simplificação, mas expressa uma política de formação profissional predominantemente preparatória para o mercado, mais flexível, diversificada, reduzida, com habilitações específicas e sem preocupação com uma formação genérica e com perspectiva de totalidade (Boschetti, 2004, p. 24).

Embora as Diretrizes Curriculares da ABEPSS tenham sido construídas na perspectiva de garantir um currículo mínimo para o Serviço Social, elas garantem a flexibilidade dos conteúdos de forma a respeitar as particularidades institucionais e regionais dos cursos de Serviço Social. No entanto, as Diretrizes aprovadas pelo MEC descaracterizam os avanços teóricos e políticos da profissão e elaboram uma proposta de currículo voltada aos interesses do mercado e das novas requisições profissionais por ele exigidas.

Neste contexto, preocupa o fato de alguns cursos de Serviço Social estarem fundamentando-se, unicamente, nessas Diretrizes para a constituição de seus projetos político-pedagógicos, sem qualquer crítica dos seus limites, embora tenham orientação legal de contemplá-las.

## CONCLUSÕES

As Diretrizes Curriculares da ABEPSS, esboçadas e amplamente discutidas nacionalmente por meio das oficinas são fruto do processo de maturação teórico-organizativo da categoria profissional dos assistentes sociais, sinalizando um importante projeto para conformar a formação profissional em uma perspectiva crítica na cena contemporânea.

Os atravessamentos fizeram parte da construção deste documento, especialmente no que se refere a mercantilização da educação superior como produto do flerte entre Estado e mercado e cujo fundamento teórico bebe das fontes do neoliberalismo.

Ainda que seja de caráter hegemônico e cuja orientação é sinalizada por meio das entidades organizativas da categoria profissional a adoção dessas Diretrizes Curriculares não se dá de maneira homogênea pelas unidades de ensino responsáveis pela condução da formação profissional em Serviço Social no Brasil. Logo, o projeto de formação profissional pautado numa perspectiva crítica precisa ser amplamente difundido e incorporado pelas unidades de formação, haja vista, o tempo presente que conjumina com uma regressão no campo das conquistas históricas em termos de direitos sociais atravessada ainda por um obscurantismo que marca presença solapando as bases ainda frágeis da democracia brasileira. Os projetos de formação profissional são engendrados historicamente no interior da categoria profissional, de forma que propostas adversas àquela construída pela ABEPSS podem ganhar espaço caso a conjuntura lhes possibilitem.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao CNPq e a CAPES que, por meio das bolsas de estudos ofertadas durante o período de pós-graduação, propiciaram que este e outros estudos ganhassem materialidade.

## REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. **Proposta Básica para o projeto de formação profissional: novos subsídios para debate**. Recife, 1996.

BARROCO, M.L.S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BOSCHETTI, I. O desenho das diretrizes curriculares e as dificuldades na sua implementação. **Temporalis**. Porto Alegre, v 8, p. 17-30, 2004.

BRASIL. **Lei nº 8.662/1993**. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao>. Acesso em: 10 jun.2024.

CARDOSO, F.G. As novas Diretrizes Curriculares para a Formação Profissional do Assistente Social: principais polêmicas e desafios. **Temporalis**, ano 1, n.2. Jul.Dez./2000.

CARDOSO, F. G; ABREU, M. M. Formação profissional do assistente social: polêmicas e desafios na implementação das novas diretrizes curriculares. In: **VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)**, 1, 2000, Brasília: Anais. Brasília: ABEPSS, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL(CFESS). **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993.

FALEIROS, V.P. Aonde nos levam as Diretrizes Curriculares?. **Temporalis**, ano 1, n.2. Jul.Dez./2000.

HUBERMAN, L. **História da Riqueza do Homem**. 22.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

IAMAMOTO, M.I. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 16. ed. São Paulo, Cortez: 2009.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 13.ed. São Paulo: Cortez, 2013.

IAMAMOTO, M.V; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 34.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MACIEL, A.I.S. **Universidade em crise: uma travessia necessária para a formação em Serviço Social**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUCRS, 2006.

MEC. **Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social** – parecer encaminhado pela Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social, 1999. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao\\_diretrizes.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes.pdf). Acesso em: 12 Jun. 2024.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CES n. 15, de 13 de março de 2002**. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social. Disponível em: Acesso em: 08 Jun. 2024.

MENDES, J.R.M; PRATES, J.C. Algumas reflexões acerca dos desafios para a consolidação das Diretrizes Curriculares. **Revista Temporalis**. n 14, Brasília, ABEPSS, 2007.

MOTA, A. E. Trabalho e Serviço Social: considerações sobre o conteúdo dos componentes curriculares. **Revista Temporalis**, n.14, Brasília: ABEPSS, 2007.

NETTO, J.P. O Movimento de Reconceituação 40 anos depois. **Serviço Social e Sociedade**, n.84, ano XXVI. São Paulo: Cortez, 2005, p. 5-19.

\_\_\_\_\_. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, A.; BRAVO, M.I.S; UCHÔA, R. (Org.). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PEREIRA, L.D. **Educação e Serviço Social**: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional. São Paulo: Xamã, 2008.

### **Charles Machado Hoepner**

Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Especialista em Serviço Social e Direitos Humanos pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Atualmente é Assistente Social na Prefeitura Municipal de Farroupilha-RS. Email: charles19922009@hotmail.com